

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no HABEAS CORPUS Nº 447.691 - SE (2018/0099636-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
EMBARGANTE : ADRIANO OLIVEIRA PEREIRA
ADVOGADO : GUILHERME MARTINS MALUF - SE005280
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO *HABEAS CORPUS*. ART. 619 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. MATÉRIA SUFICIENTEMENTE DECIDIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por ADRIANO OLIVEIRA PEREIRA contra decisão por mim proferida, assim ementada (fl. 510):

"HABEAS CORPUS. *PENAL E PROCESSUAL PENAL. FALSIDADE IDEOLÓGICA E PECULATO. WRIT MANEJADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA PELA DESEMBARGADORA RELATORA DO FEITO NA ORIGEM. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ANTECEDENTE. PRECEDENTES. COMPETÊNCIA. PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. RECONHECIMENTO DE INCOMPETÊNCIA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE PROCESSUAL. ORDEM DE HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDA.*"

Sustenta o Embargante que existe omissão no julgado quanto à não interposição de agravo regimental da decisão proferida pela Desembargadora Relatora, afirmando que, por meio de petição de aditamento, juntou aos autos o respectivo acórdão do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (fl. 520).

Aduz, ainda, que "[a] discussão travada em sede de mandamus consubstancia-se na possibilidade de desmembramento, pela autoridade policial, de fato criminoso que envolve agente com potencial foro por prerrogativa de função, o que pode ser extraído da proposta de Súmula Vinculante nº 115" (fl. 520).

Requer, desse modo, o acolhimento dos embargos, "para que seja conhecido o presente remédio heroico, adentrando-se efetivamente, no mérito da

Superior Tribunal de Justiça

pretensão do impetrante, no que à nulidade perpetrada" (fl. 523).

É o relatório.

Decido.

Nos termos do art. 619 do Código de Processo Penal, os embargos de declaração destinam-se a suprir eventual omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou ambiguidade existentes no julgado.

A obtenção de efeitos infringentes somente é possível, excepcionalmente, nos casos em que, reconhecida a existência de um dos defeitos indicados no supramencionado dispositivo legal, a alteração do julgado seja consequência inarredável da correção do referido vício, bem como nas hipóteses de erro material ou equívoco manifesto, que, por si sós, sejam suficientes para a inversão do julgado.

No caso, o Embargante não demonstra, em sua argumentação, a ocorrência de nenhuma das hipóteses legais ensejadoras dos embargos declaratórios. Apesar do inconformismo da Parte Embargante, a decisão embargada afirmou a existência da perda superveniente do interesse processual na concessão da ordem, em face de o Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe ter acolhido parcialmente questão de ordem proposta pela Desembargadora Relatora, a fim de reconhecer a incompetência daquela Corte para processar e julgar a Ação Penal n.º 201700112979, declinando o seu julgamento para a 3.ª Vara Criminal de Aracaju/SE.

Assim, ao contrário do que quer fazer crer a Defesa, a matéria ora posta neste writ, qual seja, *"possibilidade de desmembramento, pela autoridade policial, de fato criminoso que envolve agente com potencial foro por prerrogativa de função"* não foi examinada pelo Tribunal Pleno do Tribunal de origem, uma vez que, ao acolher parcialmente a questão de ordem, julgou prejudicado o agravo regimental interposto pelo ora Embargante (fl. 456).

Dessa forma, seja pelo deslocamento da ação penal para o Juízo de primeira instância, seja porque o Colegiado de origem não enfrentou o tema, o presente *habeas corpus* não pode ser conhecido e examinado nesta Corte Superior.

Ante o exposto, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora

